



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**José Lucas Carvalho Gois  
José Rodrigo Silva Barreto**

**GINCANA ESCOLAR NA PROMOÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE NA SOCIEDADE**

**N. S. da Glória – Sergipe  
Agosto de 2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

## **GINCANA ESCOLAR NA PROMOÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO (NA ESCOLA ESTADUAL XINGÓ I**


**Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).**

**Eixo temático: Sistemas de Garantias e efetivação dos direitos infanto-juvenis.**

**Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Adriane Damascena  
Coorientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Denise Leal Fontes A. Leopoldo**

**N. S. da Glória – Sergipe  
Agosto de 2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the lower half of the page. It is intended for the entry of cataloging information.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)

## COMISSÃO JULGADORA

**Plano de Intervenção dos docentes José Lucas Carvalho Gois e José Rodrigo Silva Barreto intitulado GINCANA ESCOLAR COMO PALCO PARA PROMOÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE defendido e aprovado em \_\_\_\_\_ pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:**

---

**(Examinador/a 1)**

---

**(Examinador/a 2)**

---

**(Orientador/a)**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter nos dado saúde e força para superar as dificuldades.

A Universidade Federal de Sergipe, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A nossa orientadora, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos nossos pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, o nosso muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho se apresenta como um projeto de intervenção a ser aplicado na Escola Estadual Xingó I, localizado no município de Piranhas, no estado de Alagoas. Nesta intervenção, o propósito é difundir e qualificar o conhecimento sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, especialmente por meio da realização de gincanas culturais que tenham como tema estruturador os direitos infanto-juvenis no Brasil. Assim por meio desse plano de intervenção a comunidade escolar poderá alcançar uma maior integração e compromisso com os valores, princípios e normas do ECA, estimulando a criação e realização, no âmbito de uma gincana escolar, de atividades onde os alunos irão criar vídeos sobre a temática e compartilhá-los em redes sociais. O conteúdo que os estudantes utilizarão pra confecção do vídeo estará relacionado com o Estatuto da Criança e Adolescente e os desafios para alcançar uma maior efetividade de suas normas.

**Palavras-chaves:** ECA, gincana escolar, vídeos e redes sociais

## **ABSTRACT**

The present work presents itself as a project of intervention to be applied on State school Xingó I, located in the municipality of Piranhas, in the State of Alagoas. In this intervention, the purpose is to disseminate and qualify the knowledge on the status of children and adolescents, especially through the realization of cultural contests that have as theme the designer children's rights in Brazil. So through this intervention plan the school community can achieve greater integration and commitment to the values, principles and standards of the ECA, stimulating the creation and execution, as part of a scavenger hunt, of activities where students will create videos on the topic and share them on social networks. The content that students will use to manufacture of the video will be related with the Statute of the child and adolescent and the challenges to achieving greater effectiveness of its rules.

**Key words:** ECA, gymkhana, videos and social networks

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	5
<b>RESUMO</b> .....	6
<b>ABSTRACT</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO III: PLANO DE INTERVENÇÃO</b> .....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	36
<b>ANEXO 1</b> .....	38
<b>ANEXO 2</b> .....	41

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como seu principal objetivo incentivar a integração e socialização entre os alunos dentro do ambiente escolar, visando à disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade através de gincana escolar.

Podemos apontar alguns objetivos que irão ajudar na produção da proposta do plano de intervenção:

- Oportunizar o entendimento de que uma gestão participativa potencializa e legitima a proposta de uma educação formativa e humanística por meio da ludicidade.
- Estabelecer momentos de integração entre alunos e professores, mostrando habilidades e competências de ambos que passariam despercebidas nas salas de aulas.
- Incentivar o uso de recursos audiovisuais como ferramenta de aprendizagem e avaliação.
- Proporcionar o uso de redes sociais como instrumentos de disseminação de informações de relevância para sociedade.
- Promoção da responsabilidade social com ações que visem um apoio à comunidade no alerta sobre os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA como documento de proteção à criança e Adolescente, buscando uma atividade mais participativa e coletiva.

O tema escolhido se justifica em razão da constatação de que a sociedade, de forma geral, não conhece os principais aspectos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa dificuldade também é perceptível nos membros que integram a comunidade escolar, sendo que neste ponto vale destacar o papel central dos professores, como agentes estratégicos para levar adiante um projeto dessa natureza.

O grande papel do professor é ensinar, se ele não conhece o tema a ser ensinado, ele não ensina, como consequência os alunos não aprendem e a sociedade acaba ficando privada desse conhecimento. É o que está acontecendo com o ECA os professores em sua grande maioria estão despreparados para trabalhar com esse documento e acabam “fungindo” dele, com isso a comunidade fica sem compreender qual o papel do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em nossa sociedade.

O nosso projeto pretende possibilitar momentos de estudos que reduzam a lacuna relativa ao conhecimento sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no ambiente escolar. Para tanto, será proposto oficinas, onde os alunos desenvolvam vídeos tendo como tema o estatuto, e que esses sejam disseminados na sociedade por meio de compartilhamentos em redes sociais.

A metodologia utilizada para levantamento dos dados foi realizada através de questionário e observação, na qual visou diagnosticar a dimensão do conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pela comunidade onde será realizado o projeto de intervenção. O objetivo é saber até que ponto o ECA está presente na sociedade e quais pontos necessitam de fortalecimento quanto a sua divulgação. Esse levantamento nos permitirá estabelecer parâmetros para fundamentar melhor as ações em virtude das lacunas apresentadas. Esse procedimento aponta qual deverá ser o foco das atividades participativas prevista na gincana.

Numa unidade escolar que tenha como o princípio a Gestão democrática, vemos que todas as ações são planejadas por toda a comunidade escolar. As gincanas escolares ocorrem na maioria das escolas como projeto de apoio ao desenvolvimento dos alunos. É a partir de uma gincana escolar que este trabalho visa disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente, inicialmente na escola e, posteriormente, na sociedade. Um dos pontos importantes da gincana é o espírito esportivo e colaborativo que estimula os alunos a trabalharem em equipe para cumprirem as tarefas com maior eficiência possível.

Acreditamos que, com a prática desse projeto, o Estatuto da Criança e do Adolescente seja mais conhecido e implementado pela sociedade. Incentivados pelo espírito competitivo os alunos irão criar o vídeo, postá-lo na rede para conseguir visualizações no Youtube, farão o compartilhamento nas redes sociais. Com isso, o vídeo poderá atingir grande número de visualizações por diversas pessoas ligadas a rede mundial de computadores (internet) e conseqüentemente o ECA se tornará mais conhecido por meio da visão apresentada pelos estudantes.

Esse trabalho será desenvolvido em três capítulos, além da presente introdução, que apresenta como será o desenvolvimento do plano de Intervenção. O capítulo 1 tratará do referencial teórico, onde será apresentado a visão de educação, qual deve ser a

responsabilidade da escola no processo de promoção do estudo do ECA, e de como pode ser possível um mundo mais humanizado, fazendo referências sobre o processo de educação e do papel da escola; a relação com o saber e a aprendizagem. O capítulo 2 irá tratar do diagnóstico, no qual será apresentado toda sua construção, desde a instrumento utilizado na coleta de informações, passando por análise dos dados, até categorização. O capítulo 3 tratará do plano de intervenção, sendo que nele serão apresentadas as metas e as estratégias que serão usadas na intervenção para supressão das lacunas verificadas no diagnóstico. Por fim, estão as considerações finais, na qual serão expostas às experiências e perspectivas adquiridas na elaboração do plano de intervenção, explicitando a importância de a sociedade conhecer o Estatuto da Criança e Adolescente para se tornar um cidadão ativo em sua comunidade.

## CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO

Até o final da década de 1980 vigorou no Brasil, a doutrina da situação irregular, representada juridicamente pela Lei 6697, de outubro de 1979, o Código de Menores como era conhecida, tinha base na doutrina da situação irregular que permitia situações de não proteção às crianças e adolescentes.

O Código de Menores dividia as crianças em duas classes. As que estavam em uma vida social normal, que erram as que tinham família, as que frequentavam escolas. A outra classe de crianças eram consideradas como as que estavam em situação irregular, desse meio faziam parte segundo o Código de Menores às crianças órfãs, as infratoras.

O Código de Menores era basicamente voltada para população infanto-juvenil considerada “problemas”, esses eram avaliados como caso de patologia social, com isso eram afastados da sociedade e colocados em ambientes sem as mínimas condições de sobrevivências.

No ano 1988 foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, o seu artigo 227 relata o seguinte:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A aprovação deste artigo é um marco na história das crianças e adolescentes do nosso país pois, todas as crianças agora tem proteção garantida em todos os aspectos por este artigo.

No ano 1990 é outorgada a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA) que rompe definitivamente com a doutrina da situação irregular. Neste cenário a Lei responsável por crianças e adolescentes tem bases na doutrina da proteção integral, esta surgiu na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e está baseada na proteção a todas as

crianças independente de sua condição. A doutrina atende com prioridade os direitos das crianças e adolescentes garantindo seu desenvolvimento, nesta Lei os menores não podem ser punidos de maneira severa ou de qualquer outra maneira que atinja sua dignidade<sup>1</sup>.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA como é conhecido, completou vinte e cinco anos de criação. A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 garantiu às crianças e adolescentes de todo Brasil, direitos à proteção e segurança, que antes com o Código de Menores não eram assegurados.

O Estatuto nasceu com a finalidade de acabar com as práticas discriminatórias contra criança e adolescente e lhes conferir cidadania, superando o modelo até então proposto pelo antigo Código de Menores

Ao longo desses vinte e cinco anos houve uma grande evolução, mas será que crianças e adolescentes estão tendo mesmo seus direitos respeitados? Será que a população de um modo geral conhece esta Lei? Será que a escola respeita esta Lei? Será que o próprio conselho tutelar do município utiliza o Estatuto efetivamente?

Foi a partir desses questionamentos que surgiu nossa proposta de intervenção. Esta tem como objetivo criar no âmbito de uma gincana escolar uma atividade que servirá como um dos requisitos para pontuação. Na atividade sugerida, os alunos irão produzir um vídeo tendo como tema central os artigos do ECA. Além da produção, os alunos ficarão encarregados de disseminar esse vídeo por toda comunidade, pois isso seria uma maneira de informar a comunidade da existência de tal lei e o que ela relata, a atividade de divulgação também será requisito para pontuação na gincana.

Estamos vivenciando uma era na qual as redes sociais desenvolvem um relevante papel na divulgação de informações. Levar informação seguras e de relevância através de redes sociais não é nada fácil, porém a rede mundial de computadores permite que grupos sociais estejam conectados compartilhando informações, facilitando assim, sua difusão (Recuero, 2007).

---

<sup>1</sup> Retirado de material usado em um curso sobre direitos infanto-juvenis.

Para Recuero 2009:

As redes sociais são capazes de gerar mobilizações que podem ser de interesse jornalístico a depender de como o grupo social vai agir diante de tais movimentos. Como as redes sociais podem atuar de forma a coletar e republicar informações dentro da própria rede, isso torna ela uma difusora de informações, além disso, essas informações podem permanecer no ciberespaço possibilitando assim que as redes não apenas difundem, mas debatam a informação. (RECUERO, 2009, p. 12)

Por ser de fácil acesso, as redes sociais hoje são instrumentos de grande importância da disseminação de informação. Pois, ela reúne entretenimento a informações, garantindo assim que informações cheguem a um grande número de pessoas.

Com os avanços tecnológicos do século XXI, surge a necessidade das escolas se adequarem aos novos tempos, às novas tecnologias. O uso de vídeos no ambiente escolar é uma dessas novas ferramentas de uso pedagógico, este por sua vez proporciona aos alunos motivação, interesse e curiosidade (FERRÉS, 1996). Por esses motivos o uso de vídeos na escola garante aos alunos maior desempenho e aprendizagem, como Vasconcelos e Leão afirmam:

O profissional em educação que utiliza em sua prática metodológica, recursos audiovisuais e do cotidiano dos alunos, permite que haja o incentivo a problematização de conceitos, satisfazendo as curiosidades dos alunos e necessidades reais ou imaginárias dos mesmos. A mudança proporciona a criação de atividades mais atraentes e com uma maior atuação dos alunos, seja na parte de produção de materiais para uso em sala de aula, seja na apresentação de situações vivenciadas fora do âmbito escolar, possibilitando um desenvolvimento cognitivo, permitindo com isso, novos interesses nos mesmos. (VASCONCELOS e LEÃO 2010, p. 2)

Vídeos no ambiente escolar é uma das grandes ferramentas de ensino, pois proporciona ao aluno a saída da rotina da sala de aula, com isso o docente sente-se mais atraído, gerando motivação e por consequência melhora o aprendizado.

Utilizar-se de uma gincana escolar como atividade pedagógica é uma tarefa árdua, entretanto é bastante gratificante, pois proporciona aos alunos um estímulo ao aprendizado. Gincana escolar, por ser uma atividade lúdica, proporcionam aos estudantes um estímulo a aprender, elas ainda geram funções psicossociais, afetivas e

intelectuais, que garantem a eles desenvolvimento da autonomia e uma autoestima elevada. (LOPES, 2001).

Para Araújo (2013), o lúdico é um dos elementos básicos para que o processo de ensino e aprendizagem supere os métodos tradicionais que tem foco no conteúdo pronto, acabado e repetitivo, que tornam o aprender tão difícil. O jogo torna-se então uma ferramenta essencial para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Antunes (2010, p. 36), o lúdico é uma ferramenta ideal da aprendizagem, na medida em que propõe estímulo ao interesse do aluno, que como todo pequeno animal adora jogar e joga sempre principalmente sozinho e desenvolve níveis diferentes de sua experiência pessoal e social. O jogo ajuda-o a construir suas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva dar condição ao professor de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem.

Pedroza afirma que:

[...] a aprendizagem deve despertar o interesse, estimulando a curiosidade e a criatividade. Logo, o interesse relacionado à atividade lúdica na escola tem-se mostrado cada vez maior por parte de pesquisadores e, principalmente, de professores que buscam alternativas para o processo ensino-aprendizagem. (PEDROZA, 2005, p. 62)

Ainda com relação à utilização de gincanas escolares como forma pedagógica cabe ressaltar que atividades como essas geram competição entre as equipes no ambiente escolar. Usar do recurso “competição” é uma estratégia que proporciona aos alunos a praticarem atividades em grupo.

Para Nascimento (2007):

As competições têm diversos objetivos subjacentes como aproximar uma determinada área de conhecimento às vidas dos estudantes, mostrando como ela se aplica na solução de problemas do cotidiano, de modo que eles se envolvam naturalmente e criem interesse por ela; a depender do tipo de competição, incentivar o trabalho em grupo e estratégias cooperativas de aprendizagem; descobrir novos talentos; proporcionar meios para que os alunos criem novos vínculos com a escola; melhorar valores afetivos como a autoconfiança e a autoestima do aluno, à medida que ele desenvolve sua capacidade de resolução de problemas; e, atualmente, atrair mais estudantes do sexo feminino

principalmente para as carreiras em ciência, tecnologia e ensino de ciências. (NASCIMENTO, 2007, p. 285)

As competições incentivam o trabalho em grupo, o chamado cooperativismo, que é importante ferramenta pedagógica para aprendizagem dos alunos, pois são nesses processos que ocorrem a troca de experiências e a convivência com as diferenças, isso possibilita estímulos que contribuem no desenvolvimento como um todo (BROTTO, 1990).

Por tudo isso, atividades como gincanas estudantis proporcionam ao estudante e professores uma maior interação, facilitando assim a aprendizagem dos alunos, pois nesse tipo de atividade o principal objetivo é fomentar o potencial criativo do aluno.

As instituições, segundo o próprio ECA, tem sua responsabilidade de destinar recursos para que sejam viabilizadas ações que garantam entretenimento a crianças e adolescente:

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Entendendo também que os processos lúdicos também servem como mecanismos de prevenção das situações de vulnerabilidade, como informa o artigo a seguir:

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Toda essa discussão será a teoria que nos acompanhará no decorrer do processo de elaboração do plano de intervenção.

## CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO

O plano de intervenção será realizado na Escola Estadual de Xingó I (EEX-I), localizada na cidade de Piranhas, sertão de Alagoas. A escola foi fundada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), para receber os alunos filhos de funcionários no período de construção da hidrelétrica de Xingó.

Por um longo período a escola foi vista como referência na região. Os professores eram bem pagos e tinham todas as boas condições de trabalho. Algum tempo depois a escola foi cedida à rede estadual de ensino. Hoje a escola possui um espaço físico composto por 22 salas de aula, pátio amplo, laboratórios de ciências e informática, sala de professores, sala de vídeo, biblioteca, cantina, diretoria, secretaria, além outros espaços. Contendo uma média de 1200 alunos e um quadro de 50 professores, a escola funciona nos três turnos para o Ensino Fundamental e nos turnos da manhã e noite para o Ensino Médio.

A cidade de Piranhas-AL é composta por bairros que apresentam algumas diferenças sociais. Começando por Piranhas Velha que foi tombada como patrimônio histórico e fica separada da outra parte da cidade. Piranhas foi se desenvolvendo no período de construção da hidrelétrica e os bairros tomaram algumas distinções, de acordo com a hierarquia dentro da empresa, que se expandiu pela cidade. O bairro Xingó tem ruas com nomes de cidades de Sergipe e foi onde se instalaram os funcionários com cargos mais superiores. O bairro Cascavel era onde se alojavam os funcionários, homens, solteiros. O bairro Fazendinha foi outro conjunto de alojamentos onde, depois da saída dos funcionários, as casas foram invadidas e atualmente é o bairro mais violento da cidade. Tem, ainda, o bairro Nossa Senhora da Saúde que comporta outra parte da população. Além dos moradores da cidade, os vilarejos e as áreas rurais servem de comunidade de muitas pessoas<sup>2</sup>.

Em meio a uma sociedade diversificada, é necessário antes de implantar algum plano de intervenção, fazer um diagnóstico para obter informações e dados mais precisos. O instrumento utilizado nesta etapa da pesquisa foi um questionário aplicados aos professores da unidade escolar. A escolha dos professores se fundamenta no

---

<sup>2</sup> Informações passadas por moradores da cidade em conversa informal.

princípio de que eles são um dos elementos centrais de uma escola, sendo que a partir deles uma informação pode ser disseminada em uma comunidade, por isso a importância e a necessidade de saber se eles conhecem e trabalham com o ECA.

Segundo Parasuraman (1991), um questionário é um conjunto de questões elaborado para gerar dados, que são indispensáveis para se atingir os objetivos de uma pesquisa. Para Marconi e Lakatos (1999, p.100) o questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, formado por um grupo de perguntas que são ordenadas de acordo com um critério preestabelecido, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador e que tem como objetivo coletar dados de um grupo de respondentes.

Tendo esta base metodológica elaboramos o questionário, que é formado por doze questões, das quais sete são com respostas preestabelecidas e cinco pedem respostas subjetivas<sup>3</sup>. O questionário foi respondido por seis participantes do quadro de professores da escola.

Antes de iniciar a descrição e análise dos dados, cabe ressaltar que os professores são importantes aliados para o desenvolvimento de qualquer atividade que implique a manutenção ou transformação dentro do ambiente escolar. É ele quem define prioritariamente a relação ensino-aprendizagem, estabelecendo uma importante mediação na construção do conhecimento. Como previsto na LDB (Lei 9.394):

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

---

<sup>3</sup>Modelo do questionário disponível em anexo.

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O seu empenho e colaboração nas atividades de articulação da escola com as famílias e com a comunidade são de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades de caráter lúdico pedagógico, como é o caso da gincana. Mas para que seja possível um maior engajamento desses professores na referida atividade, foi necessário conhecê-los melhor, sendo que o questionário veio auxiliar nesse sentido.

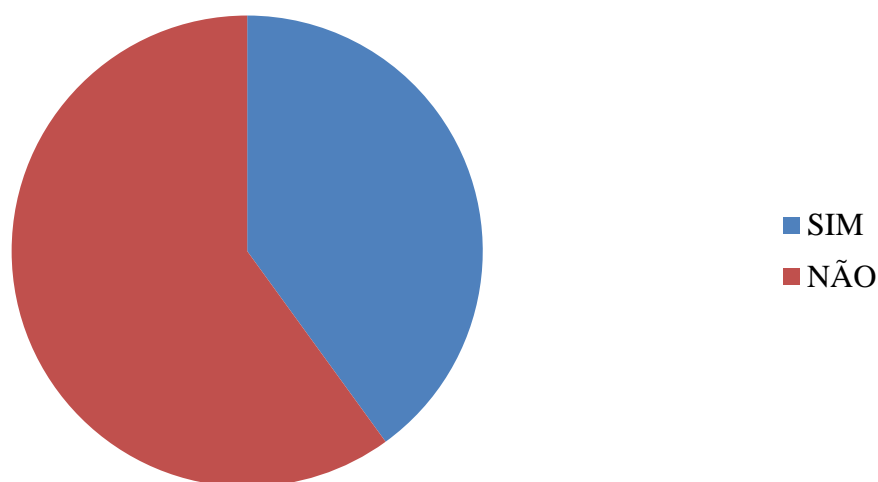
No processo de análise dos questionários foi desenvolvido um esquema chamado de rede sistêmica, como é mostrado na rede 1 (Anexo 2), que dá conta de mostrar as concepções dos professores a respeito dos diversos temas investigados. As redes sistêmicas são empregadas para analisar dados qualitativos por meio de categorização de seus principais aspectos (BLISS, MONK E OGBORN, 1983).

Na análise dos dados da questão 1, do questionário em anexo, constatamos que 20% dos professores têm menos de cinco anos de formado, 20% mais de cinco e 60% mais de 10 anos de formado.

O trabalho dos professores exige essa atualização constante. Sobre essa necessidade, falaremos ao longo do diagnóstico.

Com o levantamento dos dados das questões 2 e 3 do questionário, que faziam as seguintes perguntas: *Durante a sua graduação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi objeto de estudo curricular? E se o que foi trabalhado, era ou não considerado satisfatório pelos professores.*

**Durante a sua graduação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi objeto de estudo curricular?**



Fonte: Dados pessoais.

Diante das respostas, é possível constatar que 40% dos professores tiveram durante sua formação um componente curricular com foco no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, destes todos consideram que dominam razoavelmente bem o Estatuto. Apesar de não ser maioria, é um número significativo de professores que conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que já daria para garantir o reconhecimento e a implementação do que consta no Estatuto, principalmente no que diz respeito à educação, como previsto no Capítulo IV do ECA, onde a educação é entendida como direito, conforme descrito no artigo 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

É possível ver que toda a descrição refere-se a uma educação formal, ou seja, educação escolar, que aparece pensada de forma central e pautada por uma prática democrática e participativa baseada no movimento de escuta da comunidade. Por isso, há a necessidade de que todo e qualquer professor tenha conhecimento da dimensão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para o universo escolar. O alerta dos dados revela que a maioria que soma 60% dos professores, assume que durante sua graduação não tiveram o ECA como foco de estudo. O que confirma a necessidade de cursos e estudos que tenham o ECA como temática principal, e também para lembrar que crianças e adolescentes precisam ser vistos como cidadãos cuja plenitude está vinculada à ação responsável dos adultos. Essa responsabilidade também deve estar presente no espaço escolar, e ser compartilhada por todos os profissionais da educação.

Com esse resultado cabe fazer uma ressalva sobre a importância da formação dos professores no Brasil. A respeito de formação de professores sabemos que existem duas. A inicial que acontece na graduação e a continuada que ocorrer no decorrer da carreira docente. No tocante a formação inicial, de acordo com Nóvoa (1997):

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios para um pensamento crítico e que facilite as dinâmicas de auto formação participada, que implica num investimento pessoal, buscando construir uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1997, p. 25).

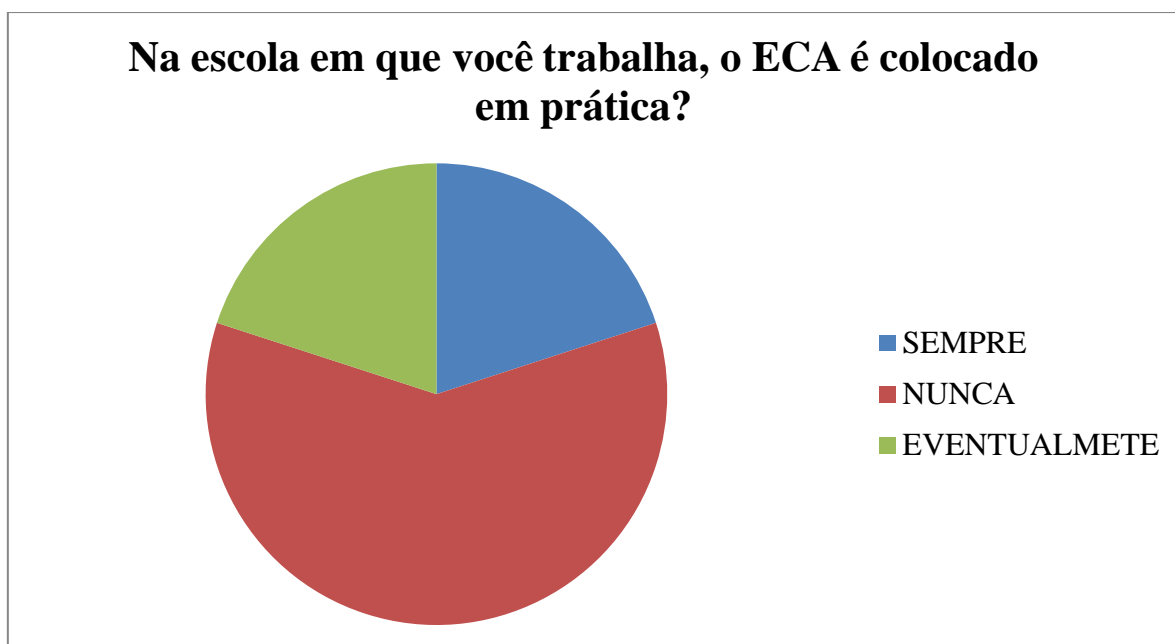
Nesse sentido, a formação deve superar a técnica e estabelecer a prática como a solução de problemas e com isso construir uma relação entre meios e fins pré-determinados (SCHÖN, 1997).

Com relação à formação continuada, segundo Echeverría e Belisário (2008) ela tem se concretizado por ações oficiais através de cursos de treinamento, programas de estudos que pode ser à distância ou presencial. Os professores em sua maioria entendem que essas ações são imposições de órgãos superiores, por isso não participam desses eventos (ECHEVERRÍA; BELISÁRIO, 2008).

Ainda sobre formação continuada Maldaner (2000) afirma que:

A formação continuada é inerente ao exercício profissional do professor, de complexidade crescente. A ideia de professor/pesquisador, que cria/recria sua profissão no contexto da prática (...) permite superar as formas tradicionais de treinamento em serviço cujos resultados satisfazem, apenas, a quem gosta de grandes números e dados estatísticos e precisa justificar a aplicação de verbas públicas ou de agências internacionais. (MALDANER, 2000, p. 391).

As questões quatro e cinco do questionário tratam especificamente do ECA no colégio Xingó I e dizem respeito ao cotidiano e à prática pedagógica. *Na escola em que você trabalha, o ECA é colocado em prática?*



Fonte: Dados pessoais.

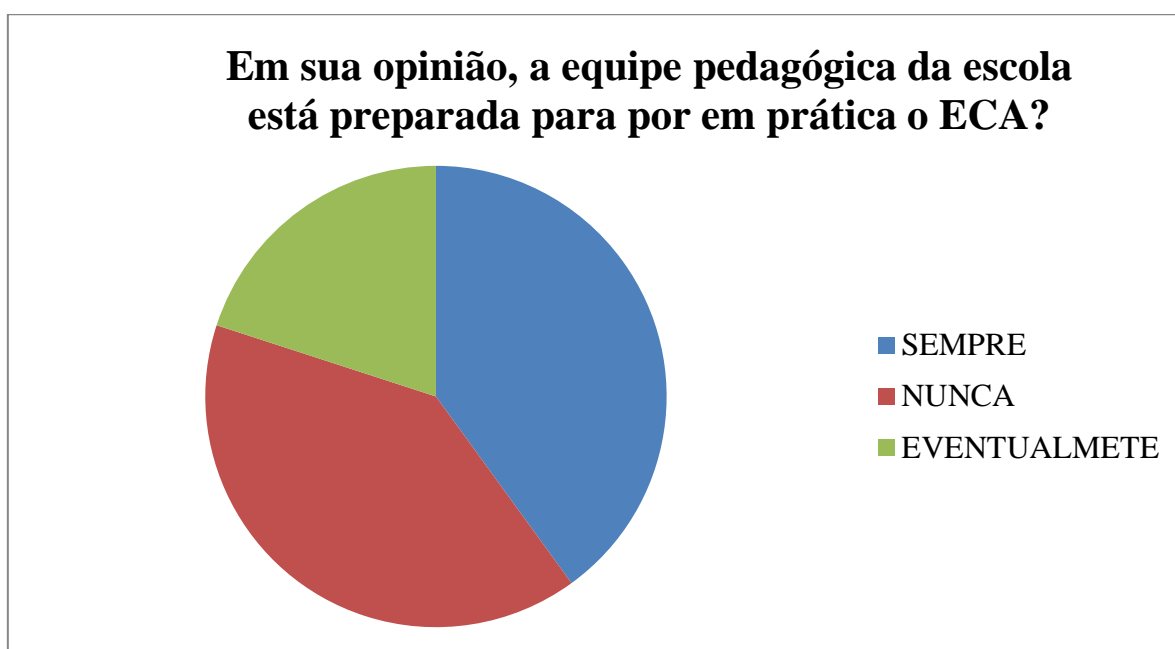
A essa pergunta, após analisado os dados foi constatado que 60% dos professores confirmam que o ECA nunca é colocado em prática na escola. Cabe pensar que a maioria, ao afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (*ECA*) nunca é trabalhado, confirma o dado anterior daqueles que não receberam formação, que

também são 60% e, portanto, não trabalham aquilo que não conhecem, ou não sabem como trabalhar.

Outro aspecto a ser considerado é que o desconhecimento do ECA não permite que os professores reconheçam que muitas das ações da escola já atendem o que está previsto no estatuto. Assim, é mais um motivo para que o plano de intervenção seja posto em prática, para aproximar a teoria da prática e potencializar esse encontro, bem como o encontro entre professor e alunos. Dos 20% que acreditam que o estatuto é posto em prática eventualmente, nenhum professor respondeu em que momento era trabalhado.

Já os 20% que confirmam que ele é sempre colocado em prática, possivelmente seja uma visão otimista. O Estatuto pode ser que esteja sendo colocado em prática, entretanto sabemos o quanto crianças, adolescente e comunidade em geral desconhecem o Estatuto.

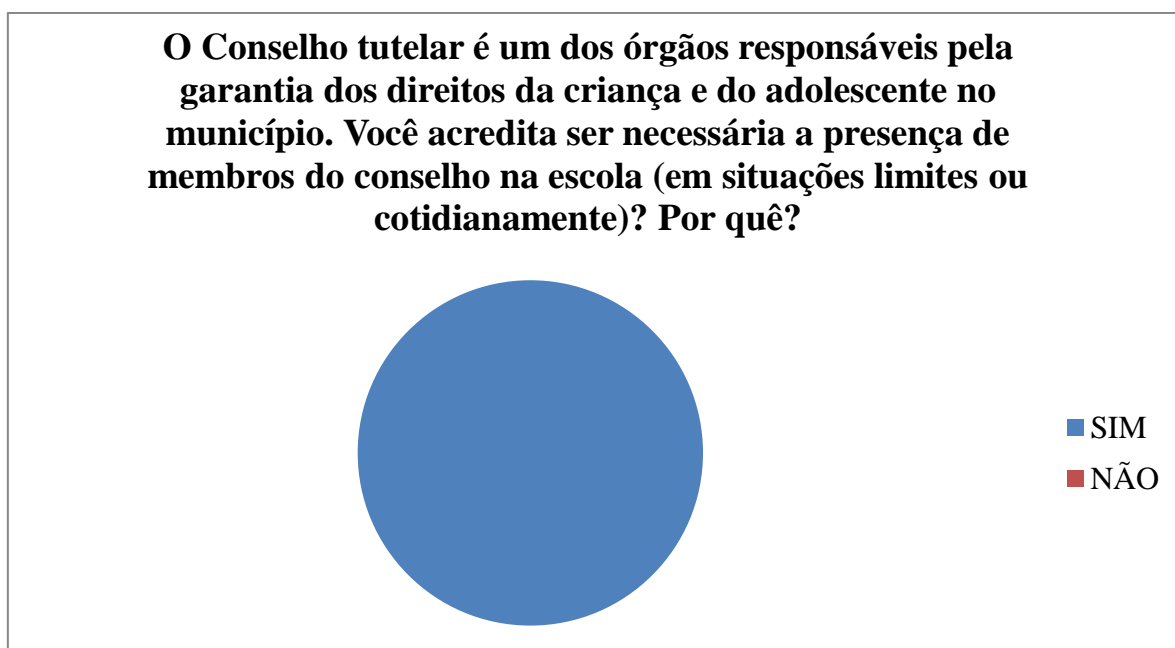
A questão cinco trata especificamente das condições e do preparo da equipe pedagógica para aplicação do estatuto no ambiente escolar. *Em sua opinião, a equipe pedagógica da escola está preparada para por em prática o ECA?*



Fonte: Dados pessoais.

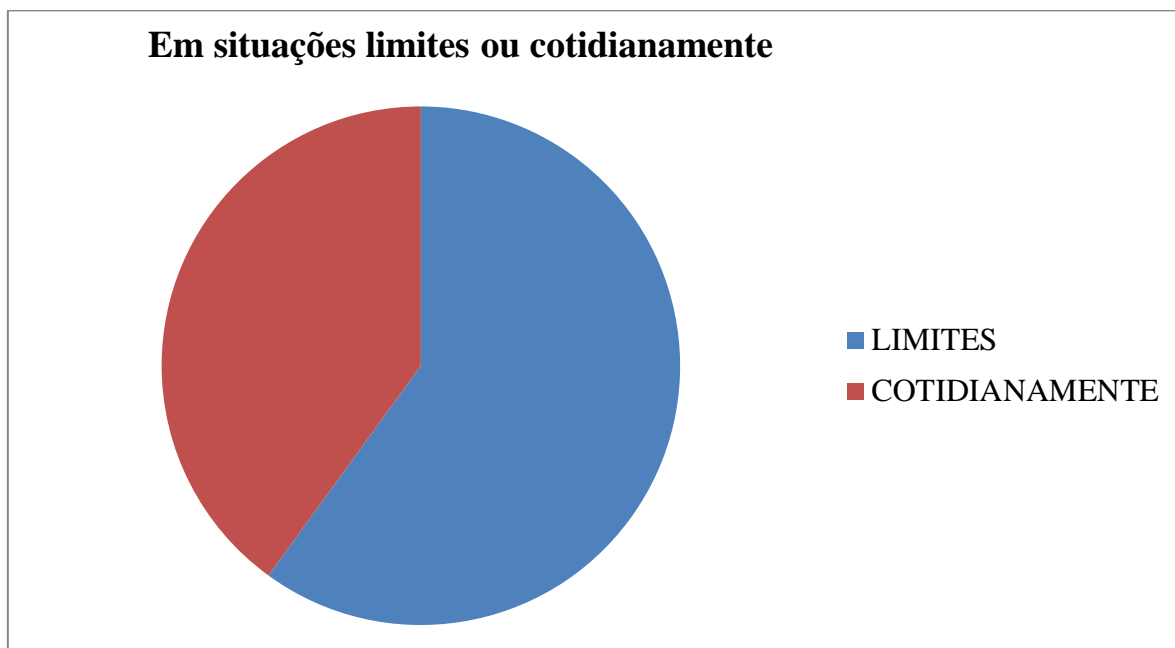
A resposta a essa questão (40% dos professores e da equipe pedagógica estão preparadas para trabalhar com ECA) revela que essa parcela do quadro de professores está ao menos atenta à questão do ECA e, conseqüentemente, à importância da escola para formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes. Por outro lado, igualmente outros 40% confirmam que nunca estão preparados, um dado importante, pois reconhece a necessidade que o Estatuto é instrumento de fundamental importância a ser utilizado na escola. E os 20 % restantes acreditam que eles estão eventualmente preparados.

A questão seis aborda a temática da necessidade da presença de membros do conselho tutelar na escola. *O Conselho tutelar é um dos órgãos responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente no município. Você acredita ser necessária a presença de membros do conselho na escola (em situações limites ou cotidianamente)? Por quê?*



Fonte: Dados pessoais.

A resposta a essa questão foi analisada e constatamos que todos os professores acreditam ser importante à presença do conselho na escola, com isso constatamos que todos os docentes entendem que o conselho é um órgão importante numa comunidade.

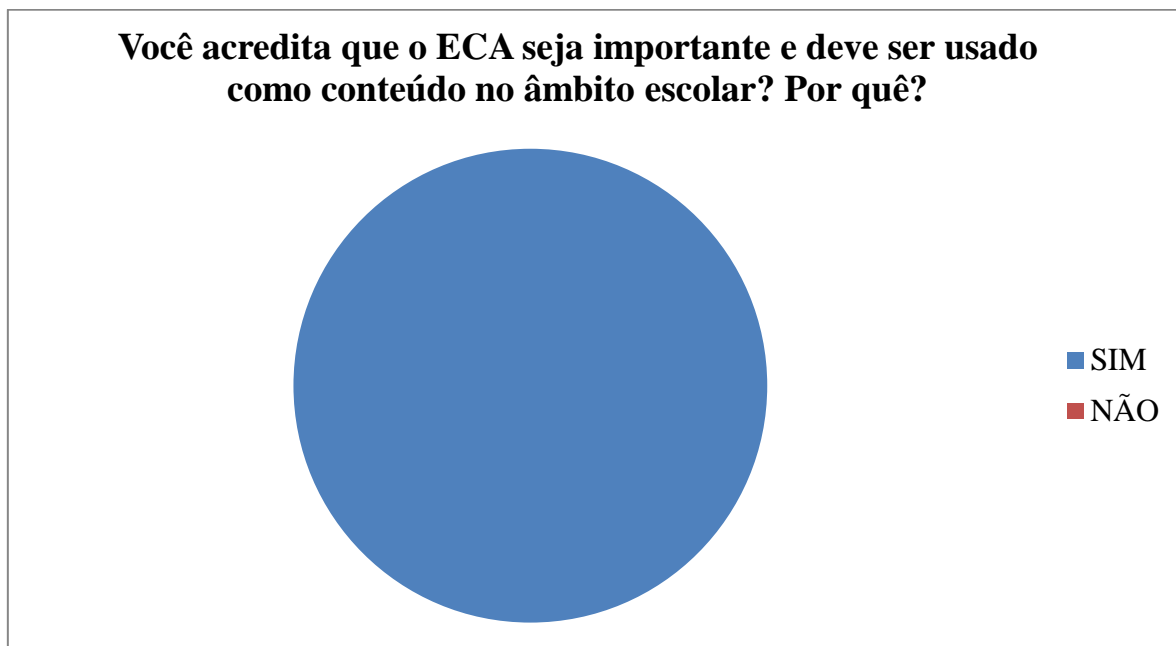


Fonte: Dados pessoais.

Ainda com relação a esta questão (6) as respostas dos professores foram agrupadas em duas categorias que são “Limites e Cotidianamente”. Limites quer dizer que só é necessário a presença do conselho em situações extremas que não cabe à escola resolver, cotidianamente quer dizer que é necessário à presença do conselho diariamente. Com relação a essa questão 60% dos professores acreditam que só é necessário a visita deles em situações limites, ou seja, em casos que eles acreditam ser de responsabilidade do conselho e não da escola, isso confirma dados anteriores nos quais 60% dos professores não tiveram o ECA como foco de estudo, pois esse tipo de resposta é rotineira de quem não conhece o estatuto e acha que o trabalho do conselho resume-se em situações de violência extrema. Isso aponta mais um motivo para que o plano de intervenção seja posto em prática, pois ele deve servir para mudar essa visão rotineira que se tem do conselho. Os 40% que acreditam que a presença do conselho é necessário cotidianamente é um dado que pode confirmar os dados anteriores, já que 40% dos professores tiveram em sua formação o ECA como foco, entretendo também pode ser mais uma resposta rotineira, típica de quem conhece alguns artigos do Estatuto.

Mais uma justificativa para aplicação de nosso plano visto que a maioria dos professores ainda não sabe o verdadeiro papel do conselho na sociedade.

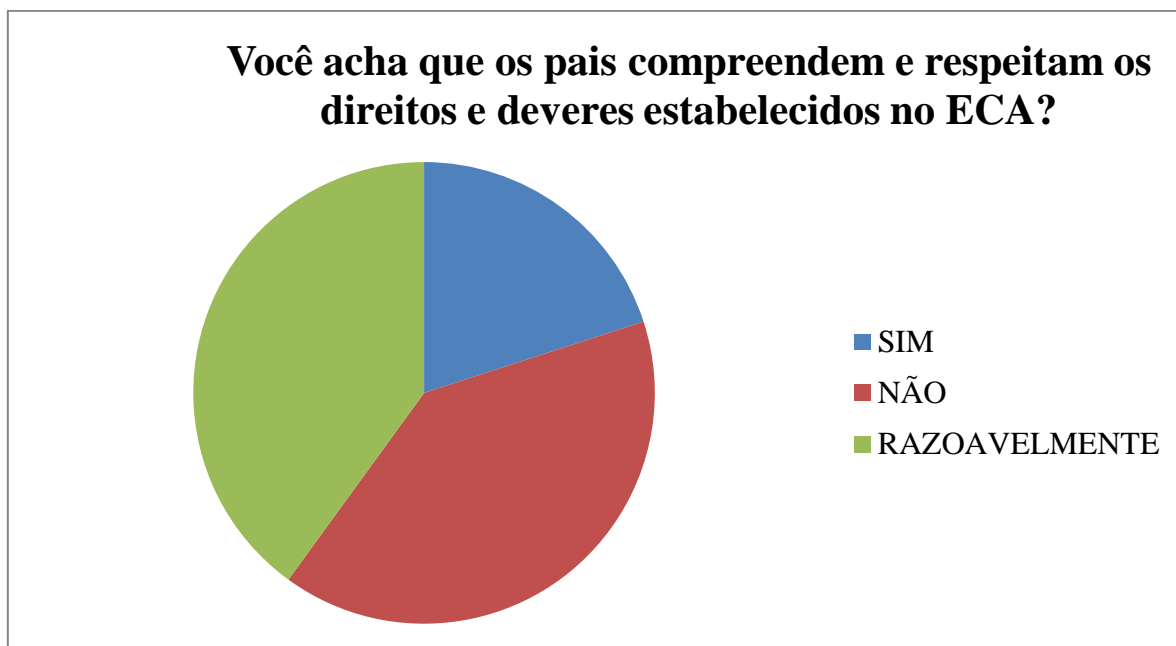
A questão 7 trata do tema ECA como conteúdo na escola. *Você acredita que o ECA seja importante e deve ser usado como conteúdo no âmbito escolar? Por quê?*



Fonte: Dados pessoais.

A partir das respostas a essa questão, após analisadas, foi constatado que todos os professores concordam que o ECA deve ser utilizado como conteúdo escolar. A justificativa deles para essa pergunta é fundamentada na importância do ECA para os alunos. Novamente mais outro motivo para aplicação do projeto de intervenção visto que todos os professores concordam o quanto é importante o estatuto na escola.

A questão 8 trata do assunto se os pais dos alunos conhecem e respeitam os direitos e deveres estabelecidos no ECA. *Os pais também são responsáveis por garantirem os direitos das crianças e adolescentes. Você acha que os pais compreendem e respeitam os direitos e deveres estabelecidos no ECA? Justifique.*

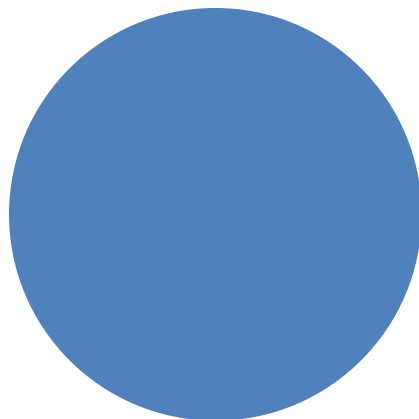


Fonte: Dados pessoais.

Após analisar os dados constatamos que 40% dos professores acreditam que os pais nem conhecem nem respeitam o Estatuto, 20% concordam que eles conhecem e respeitam, 40% creem que esta questão é muito relativa, pois alguns professores escreveram que alguns pais conhecem e respeitam, outros não. Mais um motivo que fundamenta a aplicação do plano de intervenção, visto que a maior parte dos professores confirma que os pais dos estudantes não conhecem nem respeitam os direitos da criança e adolescente estabelecido no estatuto.

A questão 9 (nove) aborda a temática se o professor já presenciou uma cena de violação dos direitos das criança e adolescentes. *Cotidianamente, nos meios de comunicação, vemos situações de desrespeito ao adolescente, ao jovem. Você como professor, já assistiu alguma cena de desrespeito o direito da criança ou adolescente, nas diversas esferas na escola?*

**Cotidianamente, nos meios de comunicação, vemos situações de desrespeito ao adolescente, ao jovem. Você como professor, já assistiu alguma cena de desrespeito o direito da criança ou adolescente, nas diversas esferas na escola?**

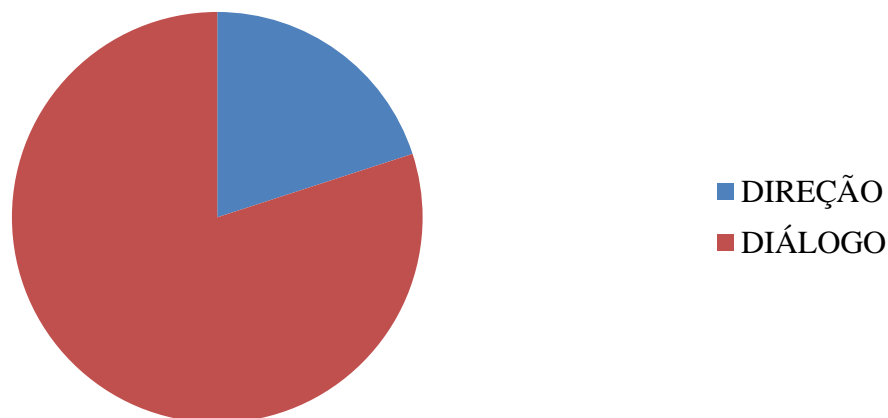


Fonte: Dados pessoais.

Depois que a questão foi respondida, analisamos os dados e verificamos que todos os professores afirmaram já terem assistido a cenas com esse contexto. Problema esse muito comum nas escolas do Brasil. Porém, as vezes os próprios professores e até a coordenação pedagógica não sabem como lidar com a situação. É um campo bastante fértil para que o ECA seja estudado e aplicado, uma vez que a violação dos direitos é algo incontestável diante dos dados.

A questão 10 (dez) traz a temática de como o professor se comportaria se presenciasse uma cena de desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes. *Em caso de você ter presenciado uma situação de desrespeito com adolescente e jovens, o que você fez? Caso você nunca tenha assistido, caso venha a ocorrer o que você faria ou como é possível evitar?*

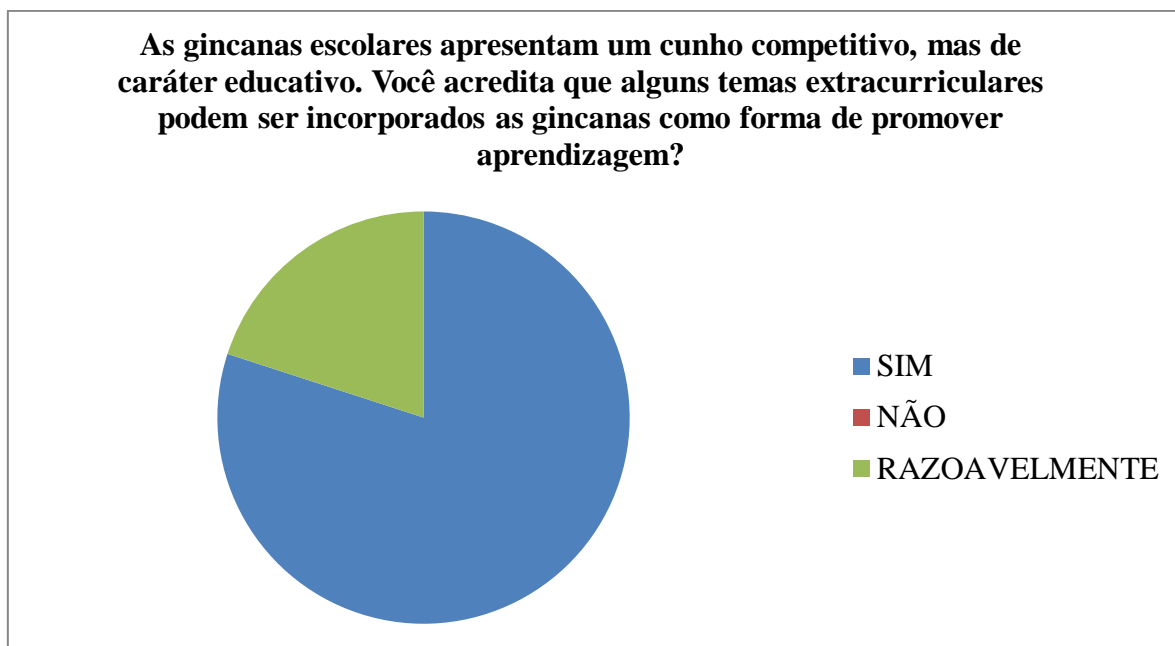
**Em caso de você ter presenciado uma situação de desrespeito com adolescente e jovens, o que você fez? Caso você nunca tenha assistido, caso venha a ocorrer o que você faria ou como é possível evitar?**



Fonte: Dados pessoais.

Após a análise dos dados, eles foram agrupadas em duas categorias “Diálogo e Direção”. Diálogo quer dizer que os professores tentavam resolver os casos de desrespeito conversando com ambas as partes, tentando mediar o conflito. Direção quer dizer que os professores encaminhavam os casos de violência para a comissão diretiva. Analisando os dados foi constatado que 20% dos professores encaminhariam o caso para que a direção da escola resolvesse, 80% conversavam com as partes na tentativa de mediar o conflito.

A questão 11 trata do assunto de gincanas escolares como instrumento pedagógico para promover a aprendizagem. *As gincanas escolares apresentam um cunho competitivo, mas de caráter educativo. Você acredita que alguns temas extracurriculares podem ser incorporados as gincanas como forma de promover aprendizagem?*



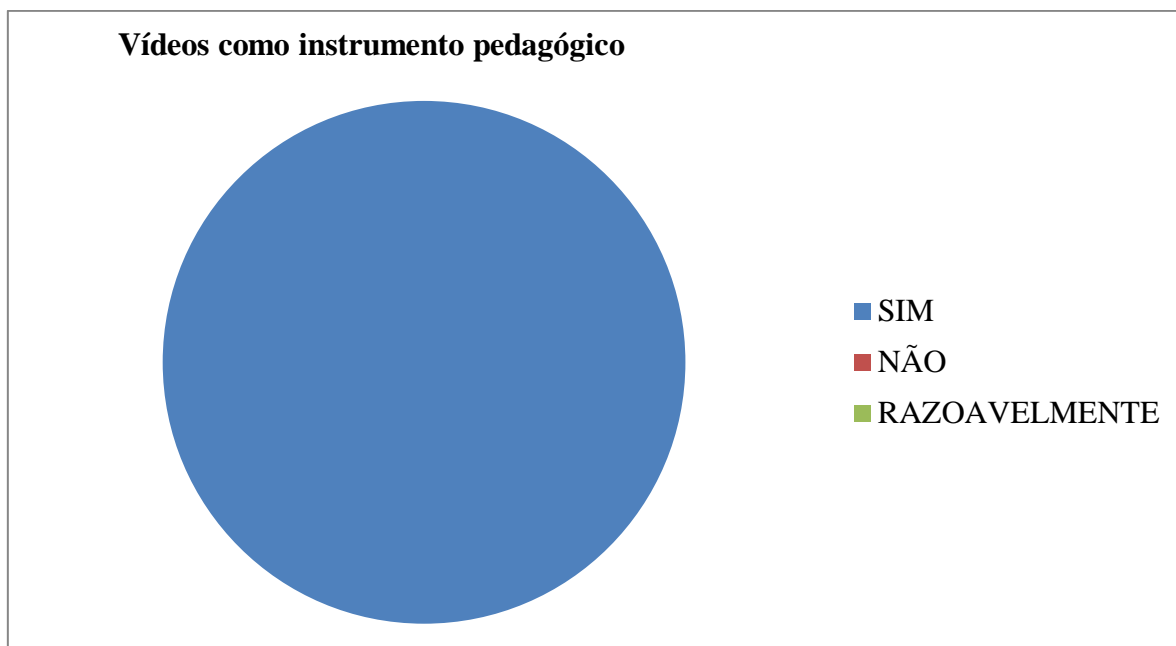
Fonte: Dados pessoais.

Com os dados coletados, analisados e constatamos que 80% professores consideram que essa ferramenta pode ser incorporada como forma de prover a aprendizagem e 20% creem que elas são razoavelmente boas.

O próprio PCN aponta a importância das ações pedagógicas dinâmicas e lúdicas :

Procura não limitar o lúdico a espaços e tempos exclusivos, mas integrar diversão, alegria e senso de humor a dimensões de vida muitas vezes consideradas afetivamente austeras, como a escola, o trabalho, os deveres, a rotina cotidiana. Mas a estética da sensibilidade quer também educar pessoas que saibam transformar o uso do tempo livre num exercício produtivo porque criador (PCN, 2000 p. 62).

A questão 12 aborda a temática das novas tecnologias como ferramenta pedagógica entre essas ferramentas a questão cita o uso e compartilhamento de vídeos nas redes sociais. *As tecnologias vêm sendo cada vez mais frequentes na vida dos jovens. É comum jovens usarem dessas tecnologias para criarem vídeos caseiros e muitas vezes compartilhem em Redes Sociais. Você acredita que o professor pode usar desse tipo de alternativa para estimular os alunos a buscarem o conhecimento e conseqüentemente proporcionar aprendizagem? Justifique.*



Fonte: Dados pessoais.

Com os dados coletados e analisados, constatamos que todos os professores entendem que o uso dessas ferramentas é essencial para o melhor aproveitamento da aprendizagem. Com esse argumento, conseguimos novamente justificar nossa proposta, visto que todos os professores têm em mente que novas ferramentas são essenciais para o melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

### **CAPÍTULO III: PLANO DE INTERVENÇÃO**

No capítulo 2, foi mostrado o diagnóstico feito com professores da Escola Estadual de Xingó I, no qual foi constatada a deficiência quanto ao conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente por parte dos membros da escola e pelos pais de alunos. Também ficou clara a necessidade de disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade. E um meio que pode ser fundamental nessa disseminação é o uso das tecnologias, podendo estar ligadas às gincanas escolares.

As gincanas escolares ocorrem na maioria das escolas como projeto essencial para o desenvolvimento dos alunos. É a partir de uma gincana escolar que este trabalho visa disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade. Um dos pontos importantes da gincana é o espírito esportivo que estimulam os alunos a trabalharem em equipe para cumprirem as tarefas com maior eficiência possível.

Além de tarefas a serem apenas cumpridas, existem outras que tem pontuação a partir de critérios preestabelecidos. A proposta de tarefa a ser inserida em gincanas escolares é a elaboração de um vídeo por equipes de alunos abordando o ECA. A pontuação do vídeo deve seguir os seguintes critérios.

Distribuição de 15 pontos em:

0 a 6 pontos: o vídeo deve abordar os principais capítulos do ECA de maneira organizada e bem fundamentada.

0 ou 2 pontos: tempo máximo de 15 minutos.

0 a 3 pontos: edição do vídeo.

0 a 4 pontos: aspectos gerais como: roteiro, atratividade, organização das ideias.

Valendo 15 pontos:

A pontuação será destinada pela quantidade de acessos no Youtube.

15 pontos: 1º vídeo mais acessado.

12 pontos: 2º vídeo mais acessado.

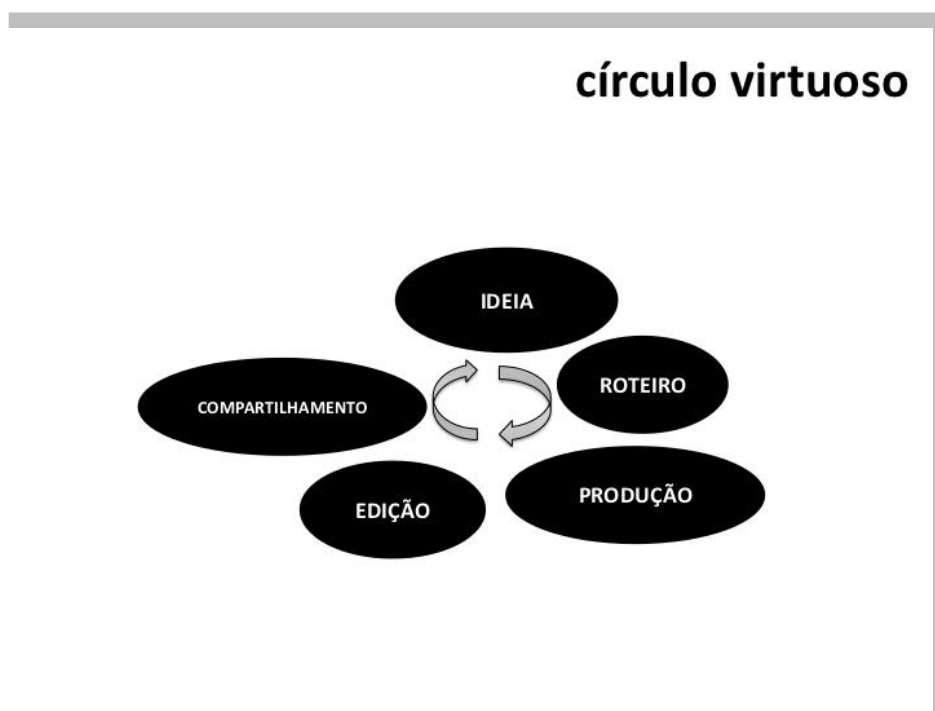
10 pontos: 3º vídeo mais acessado.

8 pontos: demais vídeos postados.

A ideia de compartilhar os vídeos no Youtube não é por acaso. É a partir daí que os vídeos serão disseminados nas redes sociais, atingindo uma possível grande quantidade de acessos e conseqüentemente a difusão do ECA.

Apesar de o foco desse projeto não ser exclusivamente promover o desenvolvimento de habilidades na criação de vídeos, é importante que os alunos tenham um auxílio para desenvolverem os vídeos. A associação “Casa da Árvore” promove projetos sociais buscando incentivar classes de alunos a inclusão digital e desenvolverem conteúdos audiovisuais. Do workshop sobre vídeo e processos de aprendizagem promovido por essa associação, retiramos uns esquemas que podem ser fundamentais para a criação dos vídeos a serem trabalhados na gincana.

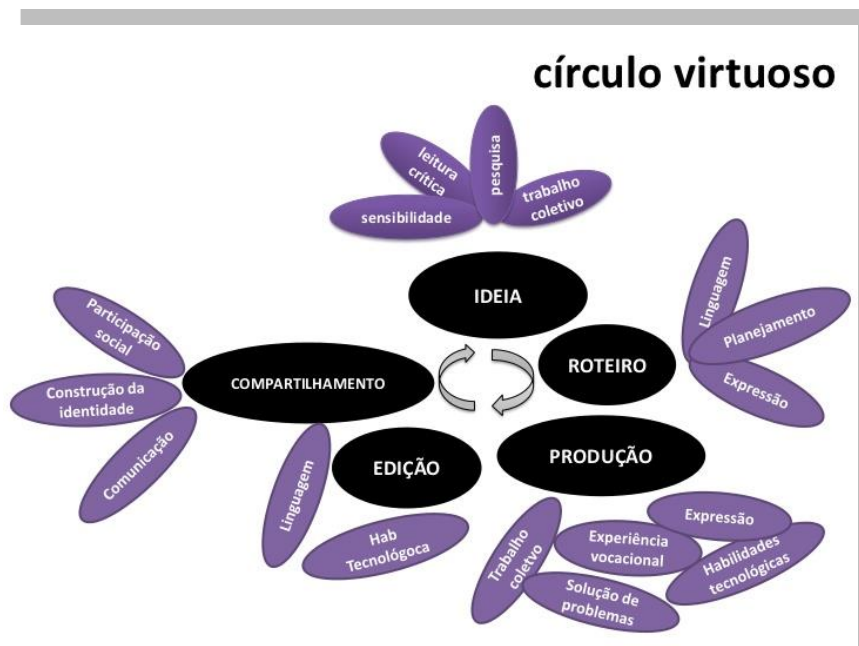
Com base no esquema da (imagem 1), pode ser percebido que o ponto de partida é a ideia, sendo essa baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente. É também necessário que se tenha um roteiro, para a partir daí, o vídeo venha ser produzido, editado e posteriormente compartilhado em redes sociais.



(Imagem 1) workshop vídeo processos de aprendizagem

O desenvolvimento de um vídeo vai além de um simples esquema de organização. No esquema da (imagem 2), é mostrado um maior detalhamento

explicativo com palavras que tocam aspectos essenciais para que o vídeo seja mais consistente.



(imagem 2) workshop vídeo processos de aprendizagem

Os professores envolvidos na intervenção devem dar apoio aos alunos em possíveis dificuldades como, por exemplo, no acesso ou interpretação do ECA. Para isso estima-se ser necessário a presença de alguém com experiência em direitos da criança e do adolescente, para auxiliar os professores nas possíveis dificuldades encontradas frente ao ECA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao sucesso na educação é um caminho longo e cheio de obstáculos, facilitar a chegada a esse sucesso é o que devemos buscar no dia a dia. As gincanas escolares, o uso de vídeos e as redes sócias são ferramentas que abrem o caminho, facilitando assim a aprendizagem dos estudantes.

Apesar das dificuldades encontradas no que se diz respeito a disseminação e execução das legislações, estratégias devem ser usadas para amenizar essas deficiências. O Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não é tão conhecido. Porém, esforços devem ser juntados e somados com a força de vontade da própria juventude, conseguiremos abranger o estatuto o máximo possível.

Por tudo isso acreditamos que a escola é o ambiente ideal para o aluno conhecer e disseminar a Lei que rege seus direitos e deveres. Para que isso aconteça é necessário interesse de todos os membros que fazem parte da escola, nesse sentido os professores são os instrumentos principais, visto que, eles são quem mais conhecem os alunos, pois são os indivíduos que passam grande parte do tempo em convívio.

## REFERÊNCIAS:

- ARAÚJO, É. C. D. S. et al. LEITURA E ESCRITA: O LÚDICO NO ESPAÇO ESCOLAR COMO FACILITADOR DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, 2013. ATUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BLISS, J.; MONK, ; OGBORN, J. **Qualitative Data Analysis for Educational Research: A Guide of Systemic Networks**. London: [s.n.], 1983.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente: Lei nº 8069/90** – 13 de julho de 1990. Brasília 1990;
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL(PAÍS). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. MEC/SEB. Brasília 2000, p. 13.
- BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas. 1999.
- ECHEVERRÍA, A. R.; BELISÁRI, M. Formação inicial e continuada de professores num núcleo de pesquisa em ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 8, 2008. ISSN 3.
- FERRÉS, J. **Vídeo e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática**. Sao Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LOPES, G. D. S. **Ambientes virtuais de ensino: aspectos estruturais e tecnológicos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.
- MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de Química**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, M. G. D.; PALHANO, ; OEIRAS, J. Competições escolares: uma alternativa na busca pela qualidade em educação. **SIMPÓSIO BRASÍLEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO**, São Paulo, 2007. 1-4.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. In: NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 15-33.

PARASURAMAN, A.; BERRY, ; ZHEITMAL, V. **Refinement and reassessment of the SERVQUAL dimensions**. [S.l.]: [s.n.], 1991.

PEDROZA, R. L. S. Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 17, p. 61-76, 2005. ISSN 2.

Portal Casa da Árvore, Google Analytics. Disponível em: <http://casadaarvore.art.br/>. Acesso em 12 de dezembro de 2015.

RECUERO, R. Tipologia de Redes Sociais Brasileiras no Fotolog.com1. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos, Setembro 2007.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet, Difusão de informação e jornalismo: Elementos para discussão, Santa Cruz do Sul, Janeiro 2009.

SCHÖN, D. Os professores sua formação. In: SCHÖN, D. **Formar professores como profissionais reflexivos**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

VASCONCELOS, F. C. G. C. D.; BRITO CARNEIRO LEÃO, B. A utilização de programas televisão como recurso didático. **XV Encontro Nacional de Ensino de Química (XV ENEQ)**, Brasília, julho 2010.



6- O Conselho tutelar é um dos órgãos responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente no município. Você acredita ser necessária a presença de membros do conselho na escola (em situações limites ou cotidianamente)? Por quê?

---

---

---

7- Você acredita que o ECA seja importante e deve ser usado como conteúdo no âmbito escolar? Por quê?

---

---

---

8- Os pais também são responsáveis por garantirem os direitos das crianças e adolescentes. Você acha que os pais compreendem e respeitam os direitos e deveres estabelecidos no ECA? Justifique.

---

---

---

9- Cotidianamente, nos meios de comunicação, vemos situações de desrespeito ao adolescente e ao jovem. Você, como professor, já assistiu alguma cena de desrespeito ao direito da criança ou adolescente, nas diversas esferas da escola?

( ) nunca    ( ) por colegas da mesma idade    ( ) por outros estudantes mais velhos

( ) Pelos próprios profissionais da educação, por puro despreparo.

( ) Outros. Quais \_\_\_\_\_

10- Em caso de você ter presenciado uma situação de desrespeito com adolescentes e jovens, o que você fez? (Caso você nunca tenha assistido, caso venha a ocorrer o que você faria ou como seria possível evitar?).

---

---

---

11- As gincanas escolares apresentam um cunho competitivo, mas de caráter educativo. Você acredita que alguns temas extracurriculares podem ser incorporados às gincanas como forma de promover aprendizagem?

( ) Sim ( ) Não ( ) Razoavelmente

12- As tecnologias vêm sendo cada vez mais frequentes na vida dos jovens. É comum jovens usarem essas tecnologias para criarem vídeos caseiros e muitas vezes compartilharem em Redes Sociais. Você acredita que o professor pode usar esse tipo de alternativa para estimular os alunos a buscarem o conhecimento e conseqüentemente proporcionar aprendizagem? Justifique.

---

---

---

---

## ANEXO 2

